

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	931.943
Preferenciais	0
Total	931.943
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	54	78	38
1.01	Ativo Circulante	54	78	10
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1	1
1.01.01.01	Bancos	1	1	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	42	66	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	42	66	0
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	42	66	0
1.01.03	Contas a Receber	0	1	1
1.01.03.01	Clientes	0	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	11	10	8
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	0	8
1.02	Ativo Não Circulante	0	0	28
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	28
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	28
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	0	28

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	54	78	38
2.01	Passivo Circulante	4	1	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1	0
2.01.03.01.02	Outros impostos federais a recolher	0	1	0
2.01.05	Outras Obrigações	4	0	0
2.01.05.02	Outros	4	0	0
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	4	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	50	77	38
2.03.01	Capital Social Realizado	903	653	553
2.03.02	Reservas de Capital	0	100	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	100	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-853	-676	-515

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-187	-167	-168
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-187	-167	-168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-187	-167	-168
3.06	Resultado Financeiro	10	6	2
3.06.01	Receitas Financeiras	10	6	2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-177	-161	-166
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-177	-161	-166
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-177	-161	-166
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,18960	-0,23680	-0,28464

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-177	-161	-166
4.03	Resultado Abrangente do Período	-177	-161	-166

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-150	-200	-190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-177	-161	-166
6.01.01.01	Lucro(Prejuízo) líquido do período	-177	-161	-166
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27	-39	-24
6.01.02.01	Variação em fornecedores e contas a pagar	4	0	0
6.01.02.02	Variação em impostos a pagar	-1	1	-1
6.01.02.03	Variação em impostos a recuperar	-1	-2	0
6.01.02.04	Variação em contas a receber	1	0	2
6.01.02.05	Variação em Aplicações Financeiras	24	-38	-25
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	150	200	190
6.03.01	Aumento de capital	250	100	190
6.03.02	Adiantamento para aumento de capital	-100	100	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	653	100	0	-676	0	77
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	653	100	0	-676	0	77
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250	-100	0	0	0	150
5.04.01	Aumentos de Capital	250	0	0	0	0	250
5.04.08	Adiantamento para Aumento de Capital	0	-100	0	0	0	-100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-177	0	-177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-177	0	-177
5.07	Saldos Finais	903	0	0	-853	0	50

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	553	0	0	-515	0	38
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	553	0	0	-515	0	38
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100	100	0	0	0	200
5.04.01	Aumentos de Capital	100	0	0	0	0	100
5.04.08	Adiantamento para Aumento de Capital	0	100	0	0	0	100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-161	0	-161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-161	0	-161
5.07	Saldos Finais	653	100	0	-676	0	77

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	333	30	0	-349	0	14
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	333	30	0	-349	0	14
5.04	Transações de Capital com os Sócios	220	-30	0	0	0	190
5.04.01	Aumentos de Capital	220	-190	0	0	0	30
5.04.08	Adiantamentos para Aumento de Capital	0	160	0	0	0	160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-166	0	-166
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-166	0	-166
5.07	Saldos Finais	553	0	0	-515	0	38

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187	-167	-168
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-187	-167	-168
7.03	Valor Adicionado Bruto	-187	-167	-168
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-187	-167	-168
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10	6	2
7.06.02	Receitas Financeiras	10	6	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-177	-161	-166
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-177	-161	-166
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-177	-161	-166
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-177	-161	-166

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Apresentamos às demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da Brasil Plural Securitizadora S.A. elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por ações. A Companhia é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras em 18 de agosto de 2010. Sua controladora é a Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.

A Companhia encontra-se em fase operacional, possuindo um plano de negócios com estratégias de curto, médio e longo prazo, contendo metas de crescimento para cada período futuro.

Durante o exercício, foram mantidas na posição Cédulas de Recebíveis Imobiliários (CRI), 4ª e 5ª, séries, conforme informações nos termos de securitização enviados à CVM.

O patrimônio líquido da Companhia é constituído pelos valores subscritos pelos acionistas, que se encontram totalmente integralizados.

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras anuais da Companhia de 31 de dezembro de 2016. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, desde a constituição da Companhia, serviços não relacionados à auditoria externa.

Sem mais para o momento,

A Administração.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares reais)

1 Informações sobre a Securitizadora

As demonstrações financeiras da Brasil Plural Securitizadora (“Securitizadora”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão, de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2017.

Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, as ações da Securitizadora não são negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Surubim, 373, 1º andar, conjunto 13, Brooklin Novo - São Paulo - SP.

A Securitizadora é uma sociedade anônima, constituída em 18 de agosto de 2010, e tem por objetivo:

- (i) Adquirir créditos imobiliários, do agronegócio e títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários;
- (ii) Adquirir e securitizar créditos hipotecários, imobiliários, créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e do agronegócio em geral;
- (iii) Prestar serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários em geral e do agronegócio em geral;
- (iv) Gerir e administrar carteiras de crédito imobiliário e do agronegócio, próprias ou de terceiros;
- (v) Emitir Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), bem como outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários que sejam compatíveis com as suas atividades;
- (vi) Distribuir, recomprar, revender ou resgatar títulos e valores mobiliários de sua própria emissão;
- (vii) Prestar serviços de estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio próprios ou de terceiros, bem como serviços de consultoria imobiliária para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários;
- (viii) Realizar operações de *hedge* em mercados derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários;
- (ix) Realizar negócios e prestar serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia apresenta prejuízos recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, caso seja necessário, obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 (doze) meses.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

2.2 Julgamento, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: avaliação da realização de crédito fiscal diferido ativo decorrente de prejuízo fiscal e base negativa acumulado de exercícios anteriores, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

2.3 Atendimento à instrução CVM 414/04

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas aos resgates dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota explicativa nº 13.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e, a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

2.6 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Securitizadora avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os contratos de receita registrados no resultado da Securitizadora.

2.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Securitizadora determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, direitos creditórios adquiridos e outras contas a receber. Os passivos financeiros são representados pelas obrigações por emissão de CRI e fornecedores.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de equivalente de caixa devem ser classificadas como títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido e da condição de efetivar tal propósito. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Recebíveis imobiliários

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por emissão.

2.8 Apuração de valor justo

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele. A Securitizadora aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível.
- **Nível 3** - se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

2.9 Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)

Os recebíveis imobiliários e os certificados de recebíveis imobiliários são registrados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, que é equivalente ao valor justo na data do balanço.

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Securitizadora, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e sim controlados individualmente por projeto e depois consolidados na Companhia.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Os passivos circulantes e não circulantes dos CRI são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e que requeiram ajuste a valor presente.

2.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Securitizadora tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Securitizadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo o lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado dividindo o lucro / prejuízo líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações.

2.13 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14 Novas normas ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- IFRS 14 -Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização)(alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Gestão de riscos

A gestão de riscos de mercado, riscos de liquidez, riscos de crédito e riscos operacionais, que estão sob a gestão da Diretoria da controladora (Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.), tem por responsabilidade gerenciar a exposição ao risco de liquidez, controlar o fluxo de caixa e garantir a aplicação da política de crédito, em conformidade com as diretrizes estabelecidas. Com a evolução dos mercados e dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a Companhia busca continuamente a excelência na gestão e no controle de riscos, sempre em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente. A identificação prévia dos riscos inerentes de produtos/atividades novos(as) ou alterados(as) é realizada pela área de Controle de Riscos dentro do Comitê de Produtos, em que são avaliados todos os impactos antes da implementação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Bancários à vista	1	1
Total	1	1

5 Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Securitizadora possuía Certificados de Depósito Bancários - CDBs do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, no montante de R\$ 42 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2015).

	<u>valor justo - Nível 2</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias
Aplicações em certificado de depósitos bancários	42	66
Total	42	66

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

6 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de janeiro de 2016 a Administração aprovou aumento de capital de R\$ 100 com aproveitamento de adiantamentos efetuados pela Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda., e com a emissão de 100.000 ações ordinárias nominativas. Em 26 de outubro de 2016 a Administração aprovou aumento de capital de R\$ 150 com aproveitamento de adiantamentos efetuados pela Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda., com a emissão de 150.000 ações.

Dessa forma o capital social subscrito e integralizado está representado por 931.943 ações ordinárias nominativas (681.943 em 2015), sem valor nominal com a composição abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>	
	2016	2015
Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.	931.940	681.940
Pessoas Físicas	3	3
Total	<u>931.943</u>	<u>681.943</u>

b. Reserva de capital

Refere-se a reservas para futuro aumento do capital social.

c. Reserva legal

Constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro líquido e o percentual máximo 20% do Capital Social da Companhia.

d. Dividendos

O estatuto social da sociedade assegura um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve pagamento de dividendos.

7 Lucro (prejuízo) por ação**a. Lucro (prejuízo) básico por ação**

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(177)	(161)
Quantidade de ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	<u>804</u>	<u>682</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - reais	<u>(0,2203)</u>	<u>(0,2368)</u>

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

b. Lucro (prejuízo) diluído por ação

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(177)	(161)
Quantidade de ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	<u>804</u>	<u>682</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - reais	<u>(0,2203)</u>	<u>(0,2368)</u>

O lucro/(prejuízo) diluído por ação considera as quantidades de ações que serão objeto de subscrição e integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

8 Informações sobre partes relacionadas

A Securitizadora, como demonstrado na Nota 6, é controlada pela Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda. ("Empreendimentos").

Nos exercícios fidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem saldos provisionados ou pagos a título de remuneração do pessoal chave da Administração, bem como a Companhia não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

A seguinte operação com partes relacionadas encontra-se em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia estão apresentadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias
CDBs - Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	<u>42</u>	<u>66</u>
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado		
Receitas financeiras	<u>10</u>	<u>6</u>

9 Despesas gerais e administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas gerais e administrativas eram compostas basicamente por gastos com serviços técnicos especializados - R\$ 100 (2015 - R\$ 92), anúncios e publicações - R\$ 27(2015 - R\$ 27) e outras despesas gerais de funcionamento - R\$60 (2015- R\$48).

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

10 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, referentes ao resultado obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	IRPJ	CSL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(177)	(177)
Compensação prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo	(177)	(177)
Alíquota fiscal	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	-	-

Em 31 de dezembro de 2016 a Securitizadora possui créditos tributários acumulados de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não contabilizados no montante de R\$853. Esses valores não estão registrados em virtude da Securitizadora não atender a todos os requerimentos definidos pela CVM para o respectivo registro. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

11 Ativos e passivos contingentes

Em atendimento à Deliberação CVM 489/05, a Securitizadora não registrou ativos contingentes no exercício, bem como não existem, na data das demonstrações financeiras, quaisquer processos classificáveis como de realização provável ou possível. Do mesmo modo, inexistem passivos contingentes ou processos administrativos ou judiciais, que possam afetar os resultados de suas operações, baseados na opinião de seus assessores legais internos e externos, bem como não houve registro de provisões desta natureza no exercício.

12 Instrumentos financeiros**a. Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros, representados pelo Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados, estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Securitizadora, tal como mencionado na Nota Explicativa nº 13.

Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:

- (i) Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

- (ii) Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros CDI).
- (iii) Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros CDI).

O cenário abaixo demonstra a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgado pela CETIP para o mês de dezembro de 2016, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses.

Alta nas taxas pós-fixadas					
Operação	Risco	ValorExposto em31/12/016	Cenário I 1%	CenárioII 25%	CenárioIII50%
Aplicações em certificado de depósitos bancários	Taxa 100% CDI	42	-	1	3
Efeito Líquido			-	1	3
Baixa nas taxas pós-fixadas					
Operação	Risco	ValorExposto em 31/12/016	Cenário I 1%	CenárioII 25%	CenárioIII5 0%
Aplicações em certificado de depósitos bancários	Taxa 100% CDI	42	-	(1)	(3)
Efeito Líquido			-	(1)	(3)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.
 Demonstrações Financeiras em
 31 de dezembro de 2016 e 2015

b. Instrumento financeiros por categoria

	2016			2015				
	Disponível	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Contas a receber / pagar	Disponível	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Contas a receber / pagar
Ativos financeiros:								
Caixas e equivalentes de caixa	1	-	-	-	1	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	1
Aplicações financeiras	-	42	-	-	-	66	-	-
Total	1	42	-	-	1	66	-	1
Passivos financeiros:								
Outras contas a pagar	-	-	-	4	-	-	-	-
Total	-	-	-	4	-	-	-	-

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Aplicações financeiras	42	42	66	66
Total				

d. Instrumentos financeiros derivativos

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Securitizadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

13 Informações complementares a cerca da emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas aos resgates dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações a seguir, considerando que para elaboração das informações fiduciárias foram utilizados os mesmos critérios contábeis observados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

Demonstramos a seguir, as demonstrações contábeis dos patrimônios separados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparativamente com a posição financeira em 31 de dezembro de 2015. Em função do resultado ser zero, não está sendo apresentada a demonstração do resultado para estes períodos.

Essas informações são complementares às demonstrações financeiras da Companhia, conforme instituído pela ICVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações.

	31.12.2016	31.12.2015
Balanco patrimonial CRI 4ª e 5ª séries		
Ativo circulante		
Disponibilidades	183	827
Carteira de recebíveis 4ª e 5ª séries	113.519	110.058
Total do ativo	113.702	110.885
Passivo circulante		
Títulos emitidos 4ª série	97.567	95.558
Títulos emitidos 5ª série	15.647	14.781
Superveniências financeiras	488	546
Total do passivo	113.702	110.885

- (i) Contrato de cessão de créditos realizado em 05 de outubro de 2012 com PKCENTER Empreendimentos e Participações SPE Ltda., no valor inicial de R\$87.709.

Com lastro na referida cessão foram emitidas a 4ª e 5ª séries da 1ª emissão de um CRI. O prazo da operação é de 190 meses.

As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRI, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais da seguinte forma:

Notas Explicativas

*Brasil Plural Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Em 15 de novembro de 2012 foi efetivada a emissão da 4ª e 5ª séries, no valor de R\$ 81.000 e R\$ 10.000, respectivamente, ambas com prazo final para 15 de setembro de 2028.

Foram constituídas as Garantias abaixo para as presentes emissões, as quais cobrem a totalidade das obrigações decorrentes do CRI perante o seu respectivo titular:

- (a) Instituição de regime fiduciário, sem coobrigação da Emissora;
- (b) Cessão fiduciária de créditos;
- (c) Alienação fiduciária de quotas;
- (d) Seguro; e
- (e) Fiança.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Diretores e Acionistas da

Brasil Plural Securitizadora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasil Plural Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Plural Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1, as demonstrações financeiras, onde a administração apresenta sua visão quanto a capitalização da Companhia, indicando sua visão estratégica e conseqüente afirmação quanto à base de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior

Contador CRC RJ-083314/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, ANDRÉ SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 07.841.409-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.609.767-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretor-Presidente da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as Demonstrações Financeiras de 31.12.2016 da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ANDRÉ SCHWARTZ

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET, brasileira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.594.117-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretora de Relação com Investidores da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88 e com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as Demonstrações Financeiras de 31.12.2016 da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, ANDRÉ SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 07.841.409-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.609.767-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretor-Presidente da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

ANDRÉ SCHWARTZ

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET, brasileira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.594.117-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretora de Relação com Investidores da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88 e com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET